

**INSTRUMENTAL SEMIÓTICO PARA ANÁLISES POLÍTICO-VISUAIS:
O SÍMBOLO “CARACOL” NO MOVIMENTO ZAPATISTA**

***SEMIOTIC INSTRUMENTAL FOR POLITICAL-VISUAL ANALYSIS:
THE SYMBOL “SNAIL” IN THE ZAPATISTA MOVEMENT***

Pedro Faria Sarmiento ¹

Resumo

O instrumental semiótico para análises visuais, normalmente, abrange o potencial do signo imagético representar múltiplas instâncias da significação circunscrevendo aspectos ideológicos, políticos e sociais. No entanto, categorias próprias do campo sociopolítico, por vezes, aparentam ser estranhas à semiótica de Charles Sanders Peirce. O intuito desse artigo, portanto, é aproximar o pensamento peirceano – a semiose, a abdução, a primeiridade, secundidade e terceiridade – ao universo da disputa ideológica e das formações sociais, num duplo sentido: (1) análises de imagens que conduzam a argumentações no contexto político-ideológico e (2) análises político-ideológicas traduzidas em imagens, em diagramas semióticos. Essa aproximação teórica é exemplificada a partir da representação do caracol no contexto do Movimento Zapatista e da cultura indígena mexicana. O caracol apresenta-se como símbolo expressando-se em múltiplas dimensões: como instância política (as Juntas de Bom Governo), como representação visual em murais e livros, além da própria concha servir de instrumento sonoro ritualístico. Tendo como eixo o signo “caracol”, a análise investiga o zapatismo a partir do instrumental teórico de Peirce associado a categorias como consenso e hegemonia de Gramsci.

Palavras-chave: semiótica; política; ideologia; zapatismo; visual; caracol.

Abstract

The semiotic instrumental approach for visual analysis usually includes the potential of the imagetic sign to represent multiple instances of meaning by circumscribing ideological, political, and social factors. However, specific categories of the socio-political field often seem alien to the semiotics of Charles Sanders Peirce. Therefore, the aim of this paper is to bridge the gap between thought according to Peirce, namely semiosis, abduction, firstness, secondness, and thirdness, and the universe of ideological dispute and social formations, in a double sense, namely (1) analysis of images that lead to argumentations in the political-ideological context and (2) political-ideological analysis translated into images, in semiotic diagrams. This theoretical approximation is exemplified in the representation of the snail in the context of the Zapatista movement and Mexican indigenous culture. The snail is presented as a symbol expressed in multiple dimensions: as a political instance (the Juntas de Buen Gobierno), as a visual representation in murals and books, and as the shell itself, serving as a ritualistic sound instrument. Based on the sign of the "snail", this analysis investigates Zapatism from the theoretical instrumental approach of Peirce associated with categories such as consensus and Gramsci's theory of hegemony.

Keywords: semiotics; policy; ideology; zapatism; visual; snail.

¹ Professor Doutor, pesquisador autônomo, São Paulo, SP, Brasil, pedrofsarmiento@gmail.com;
<https://orcid.org/0000-0002-4003-426X>.

1. Introdução

A intersecção da análise visual com o campo sociopolítico pressupõe o diálogo com tradições teóricas que abordam espectros culturais e ideológicos, como a escola de Frankfurt, os estudos culturais, a filosofia da linguagem, o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Em maior ou menor grau, essas tradições remontam à semiologia (ou semiótica francesa) de Ferdinand Saussure (2006) em que o signo verbal é o fundamento primário. A semiologia, apesar de potencialmente contemplar a linguagem em sua multiplicidade (BARTHES, 2012), tem como ponto âncora a linguística, o que, invariavelmente, cria problemas em analisar a dimensão não-verbal da comunicação humana, da leitura dos fenômenos da realidade, portanto, da visualidade. Devido a esta contingência, existe um hiato entre a realidade material e a semiologia: pelo instrumental analítico da experiência verbal – metáfora, metonímia, sintagma, monema, etc – a possibilidade do signo coincidir com aspectos do mundo físico depara-se com o limite da linguagem que, na perspectiva saussuriana, é fundamentada na arbitrariedade entre significante e significado.

O mesmo não ocorre com a semiótica de Charles Sanders Peirce que inscreve sua teoria nos aspectos naturais da realidade, mais precisamente no faneron: "(...) todo e qualquer elemento observável, qualquer coisa que se apresente em uma mente qualquer, sem que haja necessidade de considerar a sua realidade." (ALMEIDA, 2012, p. 5). No clássico exemplo apresentado por Peirce, em que o signo /fumaça/² é índice do objeto //fogo//, há a averiguação para além da linguagem: a fumaça indica fogo tanto para o homem moderno, quanto para o homem da idade-média ou para o homem das cavernas, porque a relação entre signo e referente não é estabelecida pela arbitrariedade do código social, mas, sim, pelo aparato fisiológico humano, pelas “inferências naturais”³ (ECO, 1990, p. 21). Mesmo se entendermos que existe a construção comum – o interpretante que estabelece a concepção de [se fumaça, então fogo] – esta construção é definida pela dominância da observação da natureza, não da comunicação.

A instância material pode transmutar-se em linguagem, ou em termos peirceanos, a dimensão da secundidade permite a construção da terceiridade, mais especificamente, da terceiridade com primazia do aspecto social. Quando a etnia indígena Turiaçu elabora diferentes formas de fumaça para efetivar a comunicação à distância entre grupos vizinhos, o signo /fumaça/ adquire convencionalidade de linguagem (ou de protolinguagem) sendo, neste momento, signo arbitrário, próprio da cultura Turiaçu. Há, portanto, o movimento do natural para o social, do fisiológico para o cognitivo, da expressão material para a linguagem. O fundamento do pensamento peirceano baseia-se nesse movimento a partir da concepção de primeiro, segundo e terceiro.

A dimensão da primeiridade abrange o aspecto potencial do signo, as múltiplas possibilidades de significação que determinado fenômeno causa como impressão: um grande borrão vermelho não representa especificamente nenhum referente, ao mesmo tempo que se desdobra para potencialmente concretizar-se em múltiplos referentes. Trata-se, portanto do nível primeiro dos sentidos, a dimensão pré-analítica que se integra aos aspectos fisiológicos de impressão do mundo: “Primeiridade é o modo de ser daquilo que é tal como é,

² As descrições dos elementos do signo seguem as seguintes marcações gráficas: /representamen ou signo em si/, //objeto// e [interpretante].

³ Tradução do autor.

positivamente e sem referência a qualquer outra coisa.” (PEIRCE apud QUEIROZ, 2004, p. 27) Um borrão vermelho pode indicar o sangue, a cor de uma fruta (como morango ou maçã), a posição política de esquerda, a bandeira do Japão, o semáforo “fechado”, etc. O signo /borrão vermelho/ não se completa, sendo este um quase-signo ou signo em formação.

A secundidade circunscreve a experiência singular de alteridade, a experiência própria em determinando evento real em que o signo indica seu objeto por rastros ou evidências específicas: por exemplo, a visão de fumaça distante num descampado à noite indica que alguém provavelmente deve estar acendendo uma fogueira. Já a fumaça em grande quantidade saindo de um prédio indica potencial incêndio. Ambos se referem ao objeto //fogo//, porém em circunstâncias diferentes, o que altera significativamente o elemento terceiro, o interpretante.

A terceiridade avança para o nível da mediação⁴ entre o primeiro e o segundo, da generalização, da criação de leis gerais, de convenções sociais, portando atinge o nível da arbitrariedade e da linguagem quando, no exemplo da etnia Turiaçu, a fumaça passa a representar algo mais que somente seu dado natural, o fogo. Nesse sentido, a teoria de Peirce privilegia as dimensões lógica e fenomenológica à dimensão verbal ao abordar a profundidade da linguagem partindo do dado natural ou material até a instância do convencionalismo: a teoria de Peirce aborda a profundidade da linguagem ao mesmo tempo que não é determinada pela mesma, pois tem como fundamento o fenômeno do signo. Neste sentido, resolve ou completa as dificuldades da semiologia em abordar o não-verbal.

Deste modo, neste artigo, desenvolve-se o instrumental semiótico peirceano para análises visuais direcionadas à esfera política explicitando a continuidade da semiose entre a materialidade e a visualidade com o espectro argumentativo e lógico do campo social (item 3) tendo como base os estudos de João Queiroz (2004), José Teixeira Coelho Netto (1989) e Lucia Santaella (2005). Exemplifica-se com a análise semiótica do signo /caracol/ no contexto do Movimento Zapatista mexicano (item 4) a partir do trabalho de Jeromé Baschet (2021) e das categorias de Antonio Gramsci (2007). Antes contudo, no item 2, discute-se os limites críticos da semiótica peirceana em conceituar a dimensão conflitiva da política, a partir da reflexão do intelectual Epifanio San Juan (2013) e de Lucia Santaella (2019).

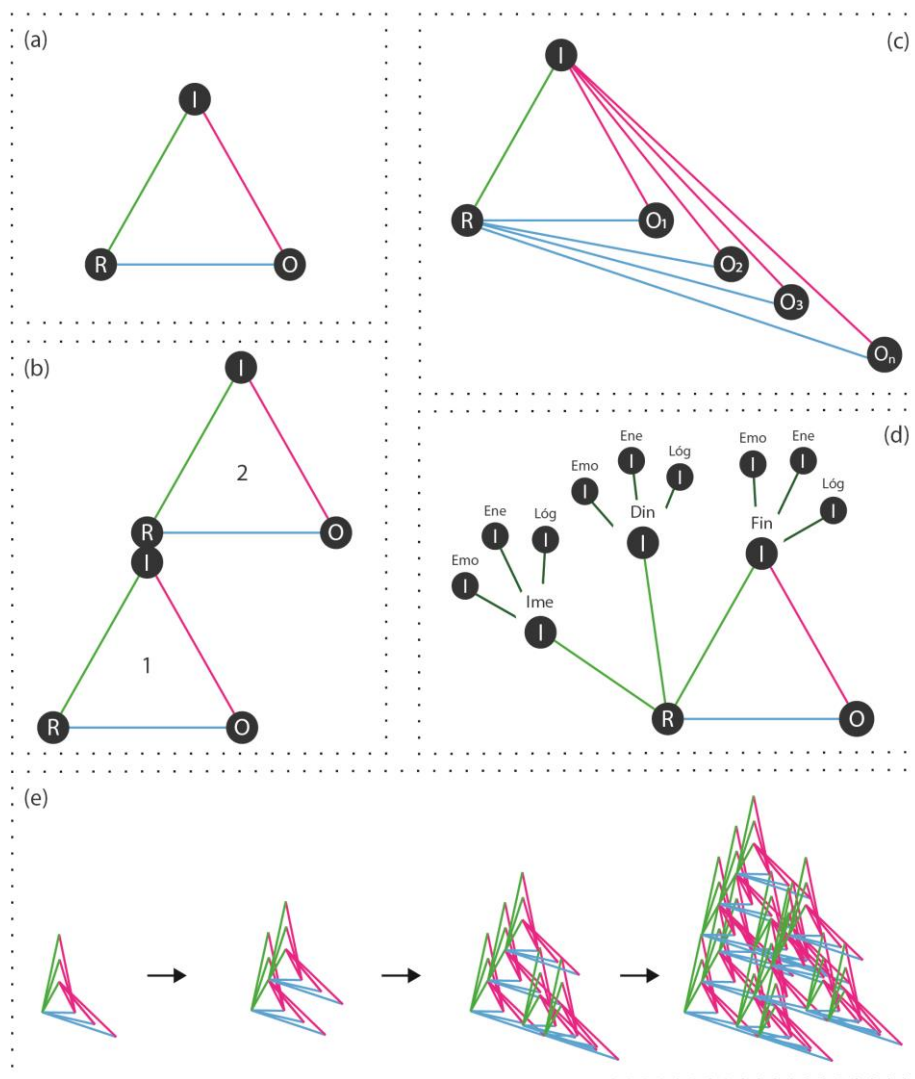
2. Discussão: Semiótica e Política

A semiótica elaborada por Peirce, ao abordar o aspecto fenomenológico do signo, circunscreve as instâncias materiais, de potencialidade do sentido, até a dimensão social da significação, regidas por convenções arbitrárias. Contudo, o instrumental teórico peirceano, devido à proeminência do aspecto lógico, por vezes, conduz a análises semióticas demasiadamente descritivas e sem potencial crítico. Neste sentido, análises visuais que reduzam o instrumental teórico às categorias ícone, índice e símbolo, sem contemplar a amplitude da teoria semiótica, tendem a negligenciar instâncias ideológicas. Como expõe o semioticista Coelho Netto (1989): “práticas semióticas curtas, incapazes de apresentarem-se como prática ideológica e como prática teórica, são também incapazes de penetrar no signo e, ao invés de superar sua resistência ideológica, reforçam-na (...)” (p. 92). Neste sentido, deve-se problematizar, como limite crítico da tradição peirceana, o aspecto conflitivo da política, da sociedade e da ideologia.

⁴ “Terceiridade, no sentido da categoria, é o mesmo que mediação.” (PEIRCE apud QUEIROZ, 2004, p. 28).

Na obra de Peirce, o aspecto conflitivo manifesta-se na concepção de secundidade, na diferença entre singulares e, mais notadamente, na construção da verdade pelos singulares (PEIRCE, 1877). Peirce compreende a verdade como arranjo provisório de certa generalização científica (terceiridade) que, ao longo do tempo, se submete à constante comprovação por experimentos (secundidade) atualizando gradualmente o modelo científico: a “lógica da abdução” (PEIRCE, 1995, p. 232). A coletividade científica é concebida a partir do conflito de diferentes singulares que vão aprimorando a lei geral, a regra científica. Numa leitura mais genérica da obra de Peirce, esta aparenta ser uma noção de conflito linear, ainda atrelada ao ideário de progresso evolutivo positivista das ciências naturais e distante da disputa dialética e ideológica do campo social. Entretanto, esta concepção pura e linear de progresso desaparece ao se observar a complexidade na cadeia da semiose.

Figura 1: Complexidade e possibilidade de conflito na cadeia da semiose.⁵



Fonte: Elaborado pelo autor.

⁵ Legenda: R= *representamen*; O=objeto; I= interpretante.

A partir do triângulo semiótico (Figura 1-a), há a tendência do interpretante (ou do objeto) configurar-se como *representamen* de um novo signo (b). Associa-se a isto a possibilidade do *representamen* significar múltiplos objetos⁶ (c) e a potencialidade de níveis de interpretação – interpretante emocional, energético e lógico ou interpretante imediato, dinâmico e final (d). Sugere-se, assim, a imagem de um tecido de significação (e) consideravelmente mais complexo que a estabilidade do triângulo semiótico clássico (a).

O triângulo semiótico, portanto, não representa fielmente a “imagem” do processo real de significação, mas, sim, identifica o recorte semântico feito pelo analista que o utiliza como diagrama mecânico para sua argumentação. Nessa complexidade em trama, visualizam-se as múltiplas possibilidades de significação e o embate entre as argumentações ou proposições de diferentes sujeitos: a dimensão conflitiva da ideologia torna-se mais evidente. A trama de significação ressalta, ainda, que o processo da semiose é algo maior que o indivíduo e o social circunscrevendo, inclusive, aspectos da natureza, como aponta Santaella:

[...] a mente humana pode, por enquanto, ser o mais complexo processo de semiose, mas não é, de modo algum, sua forma exclusiva. Vem daí a ampliação semântica por que Peirce fez passar termos como “mente”, “inteligência” e “pensamento”, inclusive para tornar evidente a continuidade que existe entre a mente humana e outros processos movidos por um propósito, a saber, todos aqueles que exibem alguma forma de mentalidade, o que inclui, entre outros, o comportamento de micro-organismos, a evolução biológica, e até mesmo o crescimento dos cristais. (SANTAELLA, 2019, p. 398)

Ao falarmos da mente interpretadora é possível referir-se ao natural, ao subjetivo e ao coletivo: ao movimento do real; ao processo de interpretação do indivíduo; e ao funcionamento de certa organização social ou determinado contexto ideológico. O intelectual San Juan (2013), nesta perspectiva, observa confluências entre o método abduutivo de Peirce e a dialética marxista, já que ambas contemplam tendências gerais de funcionamento (o universal em Marx e a terceiridade em Peirce) que são atualizadas pela constante averiguação da conjuntura social (o particular em Marx e a secundidade em Peirce), averiguações, estas, que estão ancoradas na realidade (primeiridade). “Usando o método de abdução peirceano – inferências hipotéticas testadas por testemunhos e evidências históricas, Marx descobriu as leis gerais do movimento na sociedade capitalista.”⁷ (SAN JUAN, 2013, p. 107).

Trata-se de uma aproximação incomum – considerando a postulação do pragmatismo como ideologia individualista e burguesa pelo socialismo soviético e a repressão ao marxismo-leninismo pelos EUA durante a Guerra Fria – que, contudo, demonstra-se rigorosamente coerente na argumentação de San Juan: o autor destaca a crítica de Peirce ao pragmatismo vulgarizado⁸ e sua recolocação, o pragmaticismo, que não se ancora numa relação individual, causal e utilitária, mas subtende a coletividade como força motriz da semiose. Neste sentido,

⁶ No plano verbal denotativo, pode-se exemplificar com a palavra /manga/ que tem como objetos //fruta amarela// e //parte da camisa que cobre o braço//. Na dimensão visual, pode-se exemplificar com o *representamen* /bandeira do Brasil/ que potencialmente sugere os objetos //nação brasileira//, //língua portuguesa//, //território nacional//, //cultura brasileira//, etc.

⁷ Tradução do autor.

⁸ “No amplamente citado *Pragmatism*, William James ofereceu uma solução psicológica barata: ‘As ideias tornam-se verdadeiras apenas na medida em que nos ajudam a ter relações satisfatórias com outras partes de nossa experiência.’” (SAN JUAN, 2013, p. 100). Tradução do autor.

San Juan pensa a integração entre o pragmatismo e a prática política revolucionária:

Uma vez que Marx explicou as contradições inevitáveis no movimento do capital socializado, sua necessária dissolução na crise e a emergência da consciência de classe entre suas vítimas, chegamos ao momento da terceiridade. A descoberta das leis gerais do movimento – por Lênin na ascensão do capitalismo na Rússia, por Mao nas possibilidades da insurreição camponesa contribuir para a mobilização proletária – nos conduz a um ponto viável de compreender a importância dos fenômenos sintetizados por leis gerais. Terceiridade, para a sensibilidade marxista, designa o curso perigoso e imprevisível da revolução, com suas contingências, necessidades e vicissitudes inevitáveis. (SAN JUAN, 2013, p. 107)⁹

San Juan discute, ainda, as críticas de Peirce ao imperialismo dos EUA nas Filipinas em 1899, sua aproximação com membros da Liga Americana Anti-Imperialista (Mark Twain e William James), a persistência de Peirce em compreender o método científico como esforço cooperativo socializado e o fato de Peirce e Marx proporem teorias abertas à transformação pela constante confrontação com a realidade, ao mesmo tempo que sugerem tendências gerais observadas em diferentes níveis de abstração. Obviamente, Peirce não pode ser considerado um marxista, mas, ao mesmo tempo, compreender o pragmatismo como filosofia imperialista é uma distorção da obra de Peirce. Mais relevante, e apropriado a esta pesquisa, seria entender que:

Generalidade e potencialidade estão ligadas entre si na teorização de Peirce sobre o conhecimento e no horizonte de investigação. Isso se assemelha à interface do modo de produção de Marx e as relações sociais na análise do desenvolvimento histórico. O ponto de debate é como a mudança ou o movimento prossegue e é apreendido em vários níveis de abstração. (SAN JUAN, 2013, p. 104)¹⁰

3. Discussão: Instrumental Analítico Para Análises Político-Visuais

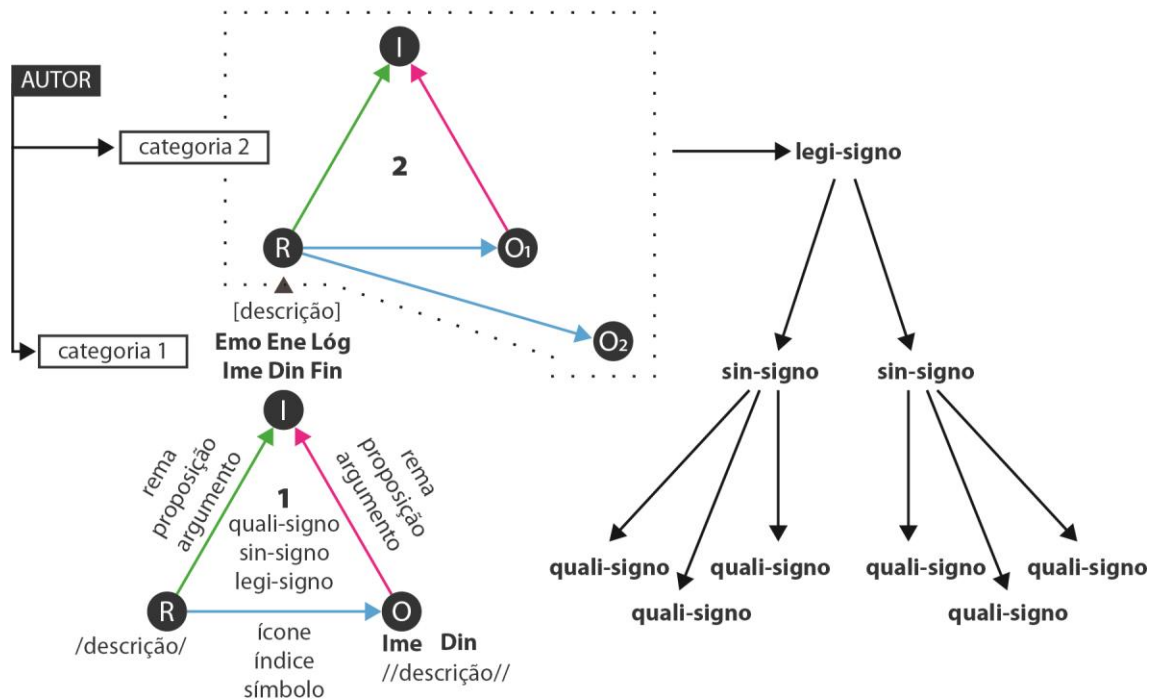
As considerações anteriores ensejam compreender a semiótica peirceana como amplo sistema teórico receptivo às discussões sobre os conflitos sociopolíticos e suas representações ideológicas. Pensar a semiótica político-visual sugere o duplo sentido: (1) análises imagéticas que conduzam a argumentações no contexto político-ideológico e (2) análises político-ideológicas traduzidas em imagens, em diagramas semióticos. Ambos os modos são possíveis separadamente ou em conjunto. Trata-se, num sentido lógico, da utilização da analogia (entre a dimensão política e a dimensão visual) como inferência abduativa, ou seja, da analogia para a criação de uma hipótese: “Analogia é a inferência de que num conjunto não muito extenso de objetos, se estes estão em concordância sob vários aspectos, podem muito provavelmente estar em concordância também sob um outro aspecto.” (PEIRCE, 1995, p.6).

Tendo em consideração as afinidades do método abduativo com a dialética (SAN JUAN, 2013), é possível conectar as categorias da semiótica peirceana com categorias da tradição marxista, ou mesmo de outras tradições afins. A Figura 2 (página seguinte) apresenta o diagrama-modelo para se pensar estas relações compreendendo a possibilidade de semiose.

⁹ Tradução do autor.

¹⁰ *Ibidem*.

Figura 2: Diagrama-modelo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Cada triângulo é compreendido como um signo inteiro que pode ser numerado e qualificado por sua forma de representação (quali-signo, sin-signo ou legi-signo). Os vértices do signo são compostos por R (*representamen* ou signo em si), O (objeto) e I (interpretante). Cada item do signo é descrito pelo número seguido pela legenda R, O ou I: por exemplo, o interpretante do segundo signo é descrito como 2-I. O modo como o signo em si representa o objeto é descrito na linha azul (ícone, índice ou símbolo) e a mediação interpretativa é descrita nas linhas magenta e verde (rema, dicente ou proposição e argumento) de forma a facilmente identificar o signo nas dez categorias peirceanas (Tabela 1, página seguinte).

Quando for necessário explicitar mais de um objeto ou interpretante, estes serão numerados, por exemplo, O₁, O₂, O₃ ou I₁, I₂, I₃. O objeto pode ser dividido, se pertinente à análise, em **Ime** (objeto imediato: o objeto como é representado internamente no signo) ou em **Din** (objeto dinâmico: o objeto real que está fora do signo). Já o interpretante pode ser classificado em **Ime** (Interpretante imediato: a potencialidade de interpretação que o signo sugere), **Din** (interpretante dinâmico: a interpretação real em um ou mais intérpretes) ou **Fin** (interpretante final: a possibilidade final de interpretação num limite pensável). Se oportuno, cada interpretante ainda pode ser dividido em: **Emo** (interpretante emocional: sensações que determinado signo tem como efeito), **Ene** (interpretante energético: a reação física ou mental que certo signo produz) ou **Lóg** (interpretante lógico: a internalização de certa regra interpretativa). Como já colocado, as descrições dos elementos do signo seguem as marcações */representamen/*, *//objeto//* e *[interpretante]*.

Tabela 1: Dez categorias do signo.

Classes	Primeira tricotomia	Segunda tricotomia	Terceira tricotomia	Exemplos
111 (I)	(1) Quali-signo	(1) Ícone	(1) Remático	Sensação de vermelho
211 (II)	(2) Sin-signo	(1) Ícone	(1) Remático	Um diagrama particular
221 (III)	(2) Sin-signo	(2) Índice	(1) Remático	Um grito de dor
222 (IV)	(2) Sin-signo	(2) Índice	(2) Dicente	Um cata-vento, uma foto
311 (V)	(3) Legi-signo	(1) Ícone	(1) Remático	Um diagrama geral
321 (VI)	(3) Legi-signo	(2) Índice	(1) Remático	Um pronome demonstrativo
322 (VII)	(3) Legi-signo	(2) Índice	(2) Dicente	Uma placa de trânsito no lugar em que significa
331 (VIII)	(3) Legi-signo	(3) Símbolo	(1) Remático	Um substantivo, uma bandeira
332 (IX)	(3) Legi-signo	(3) Símbolo	(2) Dicente	Uma proposição
333 (X)	(3) Legi-signo	(3) Símbolo	(3) Argumento	Um silogismo

Fonte: tabela adaptada de (COELHO NETTO, 1989, p. 64) e de (QUEIROZ, 2004, p. 88).

O signo, ainda, pode ser representado por sua decomposição de legi-signo para sin-signos, de sin-signo para quali-signos (parte direita da Figura 2). Esta decomposição pode ser compreendida como degeneração da terceiridade para secundidade e da secundidade para a primeiridade. Todo legi-signo constrói-se a partir de suas réplicas concretas, portanto de sin-signos. O sin-signo, por sua vez, “(...) só o pode ser através de suas qualidades, de tal modo que envolve um qualissigno ou, melhor, vários qualissignos.” (PEIRCE, 1995, p. 52). A subjetividade humana existe na dimensão singular da experiência, ou seja, na percepção do signo como sin-signo. Neste sentido, o legi-signo é sempre uma generalização do real, sendo percebido a partir de suas réplicas (sin-signos). E o quali-signo é sempre uma abstração, um corte da realidade percebida, que tende a se corporificar em um sin-signo: “Um Qualissigno é uma qualidade que é um Signo. Não pode realmente atuar como signo até que se corporifique; (...)” (PEIRCE, 1995, p. 52). A Figura 3 exemplifica essa relação a partir de dois exemplos:

Figura 3: Legi-signo, Sin-signo e Quali-signo



Fonte: Elaborado pelo autor.

No escopo instrumental das dez classes de signos, a bandeira do Brasil apresenta-se como legi-signo simbólico remático (331): legi-signo, pois este signo tem como fundamento a lei estabelecida nas relações sociopolíticas e nas representações dos países por bandeiras. Simbólico, pois a conexão entre *representamen* e objeto dá-se por institucionalização do hábito de relacionar a bandeira ao conceito do país Brasil. Remático, pois o interpretante configura-se, no máximo, como ideia de Brasil, e não atinge o nível dicente (das proposições) e muito menos o nível da argumentação. Contudo, a /bandeira do Brasil/ é um símbolo enquanto estrutura composicional abstrata e não corporificada: “(...) podemos até apagar uma imagem ou palavra que produzimos para simbolizar algo, mas, ao fazê-lo, não estaremos de maneira alguma destruindo as formas abstratas que correspondem ao símbolo e seu objeto.” (RIBEIRO, 2010, p.52). Ao ser materializada, a /bandeira do Brasil/ expressa-se na singularidade contextual (secundidade) como réplica do símbolo abstrato.

O Símbolo Remático [331], como todo Símbolo, é da natureza de um tipo geral e é, assim, um Legissigno. Sua Réplica, no entanto, é um Sinsigno Indicial Remático [221] de um tipo especial, pelo fato de a imagem que sugere a mente atuar sobre um Símbolo que já está nessa mente a fim de dar origem a um Conceito Geral. (PEIRCE, 1995, p. 56)

Cada réplica do legi-signo /bandeira do Brasil/ apresenta-se como sin-signo indicial remático (221) com especificidades próprias: a bandeira brasileira hasteada no contexto militar tem nuances representativas diferentes da bandeira utilizada num ato político ou num estádio de futebol. Sin-signo, pois é evento real e particular. Indicial, pois cada réplica aponta indexalmente para o espectro geral simbólico, ou seja, indica o legi-signo simbólico remático /bandeira do Brasil/. Cada sin-signo /bandeira/ é composto por quali-signos (111): o verde assemelha-se à mata brasileira, o azul assemelha-se ao céu do país, o amarelo assemelha-se ao ouro nacional, etc. Na relação proposta, consideram-se quali-signos também as palavras /ordem/, /e/, /progresso/, e a representação visual das /estrelas/, pois sintetizam termos remáticos como qualidades ao signo /bandeira do Brasil/. Porém, se observadas isoladamente, tanto as palavras quanto as estrelas são legi-signos simbólicos remáticos (331).

No segundo exemplo (Figura 3), a fumaça é um sin-signo indicial dicente (222) que não está obrigatoriamente subordinado a um legi-signo¹¹, pois sua representação fundamenta-se em indicações de dominância natural: sin-signo, pois é signo do evento existente, a combustão. Indicial, pois representa seu objeto por rastros ou evidências naturais. Dicente, pois sugere a proposição [lá existe fogo]. O negrume da fumaça, as tonalidades de cinza, o cheiro de queimado, podem, então, ser considerados quali-signos (111) que compõem o sin-signo /fumaça/.

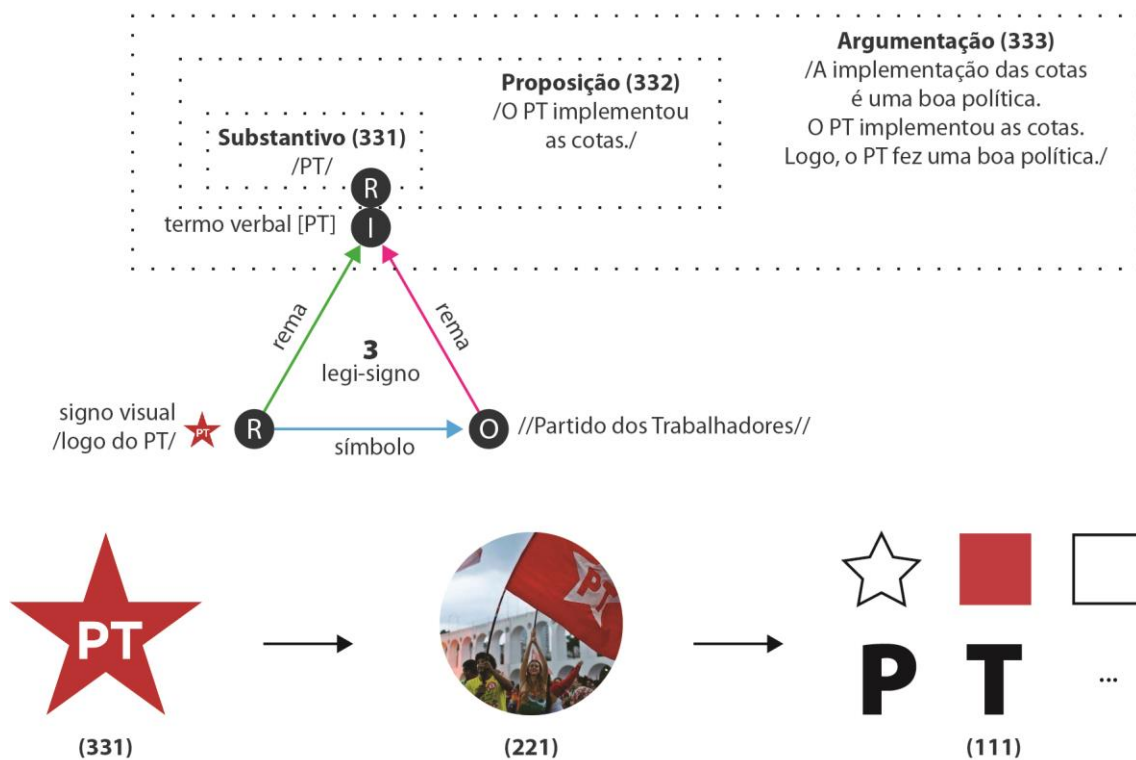
De forma análoga ao exemplo da bandeira do Brasil (Figura 3), o signo visual /logo do PT¹²/ (Figura 4, página seguinte), focando em seus aspectos convencionais, é um símbolo remático (331). Como réplica específica deste signo, pode-se pensar em /um manifestante utilizando a bandeira do PT em uma passeata/, portanto, uma vivência pertencente à categoria 221. Essa vivência é composta pela imagem específica da bandeira utilizada (211) que é

¹¹ Diz-se “não obrigatoriamente”, pois pode-se compreender que, após observar algumas vezes o fenômeno da combustão, do fogo gerar fumaça (secundidade), certo intérprete elabora a lei geral [se fumaça, então fogo], ou seja, atinge a terceiridade, porém a terceiridade de predominância material ou natural, não social ou comunicativa.

¹² Partido dos Trabalhadores.

composta por quali-signos (111) como /cor vermelha/, /cor branca/, /letra P/ e /letra T/¹³.

Figura 4: Signo /logo do PT/



Fonte: Elaborado pelo autor.

Inversamente, no símbolo remático (331), o *representamen* /logo do PT/ significa o //partido PT// e apresenta como mediação interpretativa o substantivo [Partido dos Trabalhadores] ou a sigla [PT]. Ambos os termos verbais (331) são utilizados para a formação de proposições (332) como: “O PT implementou as cotas.” ou “O PT é corrupto.”. As proposições (332), assim, englobam termos verbais remáticos (331), e são englobadas por argumentos (333). Por exemplo: “A implementação das cotas é uma boa política. O PT implementou as cotas. Logo, o PT fez uma boa política.” Ou: “Quem é corrupto não serve como político. O PT é corrupto. Logo, os dirigentes do PT não servem como políticos.” Essas argumentações rudimentares são componentes de argumentações mais complexas referentes à dimensão lógica da ideologia.

Assim, é possível elaborar análises visuais que se desenvolvem dos elementos mais primários, como sensações, cores, tonalidades, até as dimensões argumentativas próprias do campo sociopolítico. As categorias teóricas da política são conectadas ao instrumental peirceano de duas formas: (A) paralelamente a determinado signo de modo a propiciar o debate analítico (como mostrado na Figura 2) ou (B) sendo um próprio signo ou elemento do

¹³ Letras, palavras ou frases que compoñham um signo predominantemente visual (como uma bandeira) são concebidos como quali-signos por evidenciar uma qualidade presente no signo. Mas, se tomadas individualmente, são consideradas legi-signos por seu aspecto de convencionalismo.

signo, como um interpretante, *representamen* ou objeto. Por último, há de se ter em consideração que o sistema semiótico não é completamente preciso: “É um problema interessante dizer a que classe pertence um dado signo, visto que precisam ser levadas em consideração todas as circunstâncias do caso. Mas raramente se exige grande exatidão.” (PEIRCE, 1995, p. 59). Neste sentido, toda análise é realizada pelo sujeito/intérprete que recorre ao processo lógico (ou semiótico) no desenvolvimento de uma argumentação, estando o intérprete sempre na posição de interpretante dinâmico, nunca de interpretante final.

Não há nenhum critério apriorístico que possa infalivelmente decidir como uma dada semiose funciona, pois tudo depende do contexto de sua atualização e do aspecto pelo qual ela é observada e analisada. Enfim, não há receitas prontas para a análise semiótica. Há conceitos, uma lógica para sua possível aplicação. (SANTAELLA, 2005, p. 43)

4. Resultado: Análise do Caracol Zapatista

A partir do diagrama modelo, é analisada a imagem do caracol no contexto zapatista, considerando o movimento argumentativo análogo à própria espiral do caracol: de dentro para fora (da relação icônica para a indicial e a simbólica) e de fora para dentro (do legi-signo para o sin-signo e o quali-signo). Antes, contudo, é relevante contextualizar historicamente a atuação zapatista e do EZLN, o Exército Zapatista de Libertação Nacional.

O zapatismo é a experiência política de autonomismo mais extensa da modernidade (mais de 25 anos) apresentando configurações sociais particulares: forte poder popular nas tomadas de decisões, posse coletiva de terras (*milpas*), a predominância de relações sociais sem o uso do dinheiro, crítica ao estado e à burocracia, sistema educacional e de justiça autônomos, intensa atuação feminista e indígena, crítica ao neoliberalismo, mas também aos estados burocráticos socialistas, integração entre autonomia local, projeto nacional (mexicano) e perspectiva planetária (BASCHET, 2021). O zapatismo desponta mundialmente com a insurgência de 1994 que culmina na tomada de parte do território de Chiapas (sudoeste mexicano) pelo EZLN. Insurgência, esta, fruto do ceticismo em relação à possibilidade de significativa mudança social pela via institucional: por anos, as autoridades mexicanas (tanto de direita como de esquerda) descumpriram acordos feitos com os zapatistas e com organizações sociais de Chiapas. O EZLN decide, então, por seguir seu caminho próprio como território autônomo, ao mesmo tempo, trabalhando na perspectiva anticapitalista global. O EZLN é formado em 1983 como movimento de guerrilha marxista-leninista e, aos poucos, os indígenas tornam-se lideranças proeminentes o que transforma o movimento por dentro. Talvez, esta formação social particular, tenha permitido às diversas facetas do pensamento zapatista serem apresentadas numa linguagem poética pelo seu principal porta-voz, o subcomandante Marcos, e sintetizadas em imagens alegóricas: o neoliberalismo como a hidra de várias cabeças (ser mitológico da lenda de Hércules) que “morde” por vários lados, o capitalismo como muro a ser quebrado, a quebra do muro (a fenda) como potência de novos modos de ser coletivo, e o caracol como síntese da comunicação da sociedade zapatista com o mundo exterior.

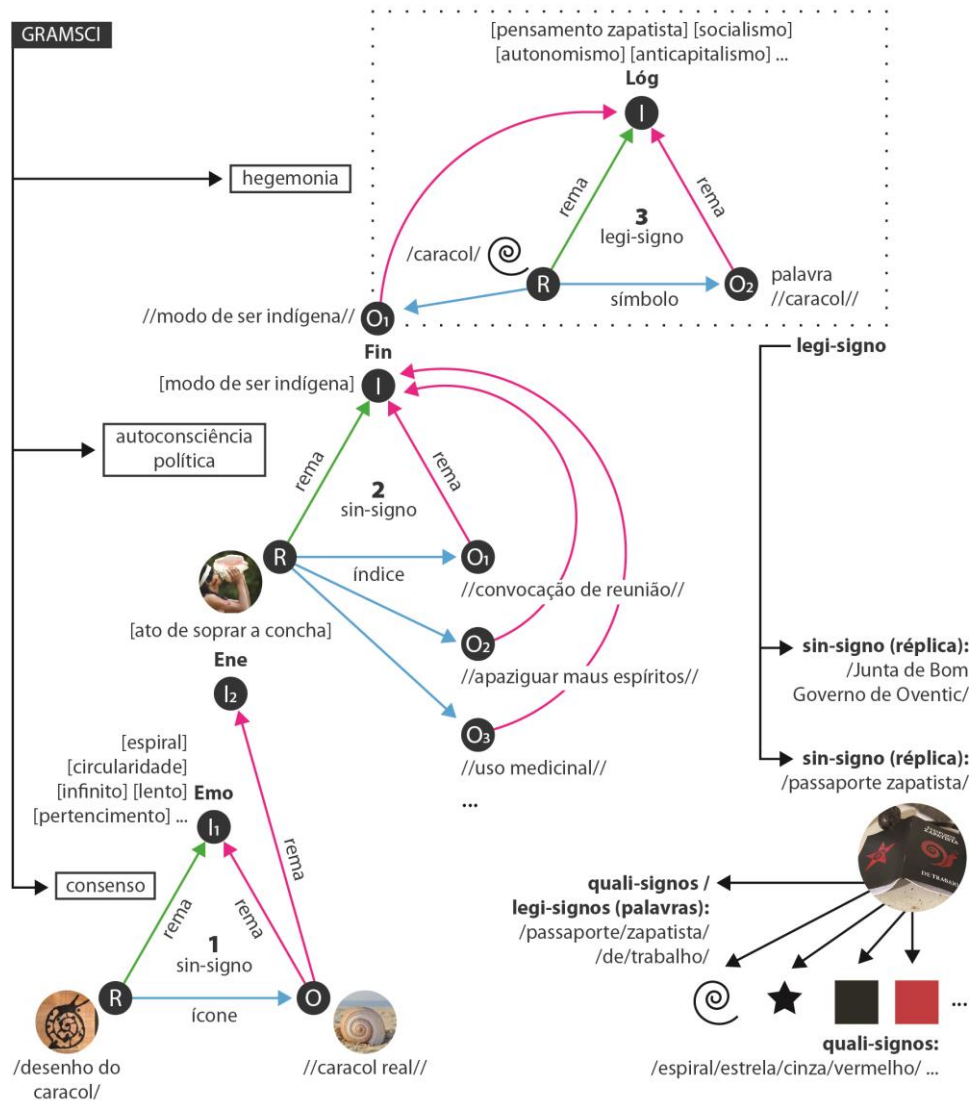
A Figura 5 apresenta a imagem do caracol em duas circunstâncias: na publicação *O Pensamento Crítico frente à Hidra Capitalista III* e no passaporte zapatista. Inicia-se a análise pela primeira representação e termina-se pela última, sendo este movimento sintetizado no diagrama da Figura 6.

Figura 5: Representações do caracol.



Fonte: site Enlace Zapatista (<http://enlacezapatista.ezln.org.mx>).

Figura 6: Análise político-visual do Caracol zapatista.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Isolando a representação do caracol, presente na contracapa da publicação, visualiza-se a relação icônica: o desenho do caracol (1-R) representa por semelhança o caracol do mar, a percepção real da concha do molusco (1-O), ao passo que sua forma remete a sensações ou concepções abstratas que podem ser traduzidas por termos remáticos como infinito, circularidade, pertencimento, espiral, lento, etc (1-I₁). Nas culturas indígenas do México, a concha também remete a uma prática singular, o ato de soprar a concha (1-I₂). Este ato produz sons que indicam uma série de eventos: convocação de reunião coletiva (2-O₁), ritual de apaziguar maus espíritos (2-O₂), ritual medicinal (2-O₃), dentre outros funcionamentos (SANTIAGO, 2009). Todos esses atos singulares, num limite pensável (interpretante final), são mediados pelo modo de ser do indígena mexicano (2-I).

Este modo de ser, das variadas etnias indígenas mexicanas, é representado pelo símbolo /caracol/ (3-R), ou seja, a representação abstrata da espiral, elemento presente nas representações de caracóis e nos próprios caracóis de água. O símbolo /caracol/ também representa a palavra //caracol// (3-O₂): essa dupla relação é fundamental para a elaboração do pensamento zapatista (3-I) e das concepções envolvidas no mesmo: socialismo, anticapitalismo, autonomismo, etc. Nesse processo de semiose, o caracol atinge o grau de legi-signo. Pode-se exemplificar como réplica (sin-signo) a criação da instância política dos Caracóis, ou Juntas de Bom Governo, como explica um zapatista:

Esse local chamava-se *aguacaliente*, foi fundado por necessidade, para que as pessoas pudessem chegar e pedir informações sobre o Movimento Zapatista. Na manhã de 8 ou 9 de agosto de 2003, foi transformado em Caracol. Os Caracóis estão divididos em cinco partes, em diferentes localidades de Chiapas. Esse Caracol, Oventic, abarca sete municípios autônomos, os quais possuem seus líderes municipais. O local existe para que as pessoas venham e informem sua situação e para que nós também possamos informar sobre nossa luta. A voz entra, mas também sai. Por isso o nome Caracol. (CARTA MAIOR, 2006)

O passaporte zapatista é outra réplica do legi-signo /caracol/. Trata-se de um passaporte simbólico que, para além do passaporte oficial mexicano, identifica a delegação “Esquadrão 421”. Em 2021, esta delegação parte de Chiapas em direção ao continente europeu no intuito de trocar conhecimento com outras organizações e coletivos de esquerda além de espalhar as ideias zapatistas. “Na capa ou frente principal: um caracol com uma estrela vermelha dentro. E escrito: «Passaporte zapatista de trabalho». Na capa traseira: uma estrela vermelha com um caracol dentro.” (SUPGALEANO, 2021). Estes são quali-signos que compõem o sin-signo /passaporte zapatista/: a estrela¹⁴, o preto e o vermelho, nesse contexto, identificam as cores e formas relacionadas a movimentos de esquerda radical. Além de compor a bandeira do EZLN, são signos presentes também nas bandeiras do anarcocomunismo e do partido angolano MPLA. Especificamente, a estrela e o vermelho, são signos que compõem desde representações da URSS até o partido brasileiro PT.

¹⁴ Trata-se da /estrela/ como forma geométrica abstrata. Em outros contextos, a estrela poderia ser identificada como legi-signo ou como sin-signo.

Figura 7: Representações do anarcocomunismo, MPLA, URSS e PT.



Fonte: wikipedia.com.

O caracol (enquanto quali-signo) integra-se à composição visual identificando os aspectos tratados anteriormente, desde a questão indígena até o termo remático [lento]. A lentidão é compreendida como aspecto positivo das instâncias da democracia direta, das tomadas de decisão nas assembleias por exemplo, no sentido de que se demora a atingir o consenso coletivo profundo. Por outro lado, a lentidão reforça a crítica à imediatez do sistema neoliberal, que nos textos zapatistas são sintetizados com o termo “hoje, hoje, hoje” (BASCHET, 2021, p. 346). Um mural zapatista reforça esse pensamento:

Figura 8: Mural zapatista.

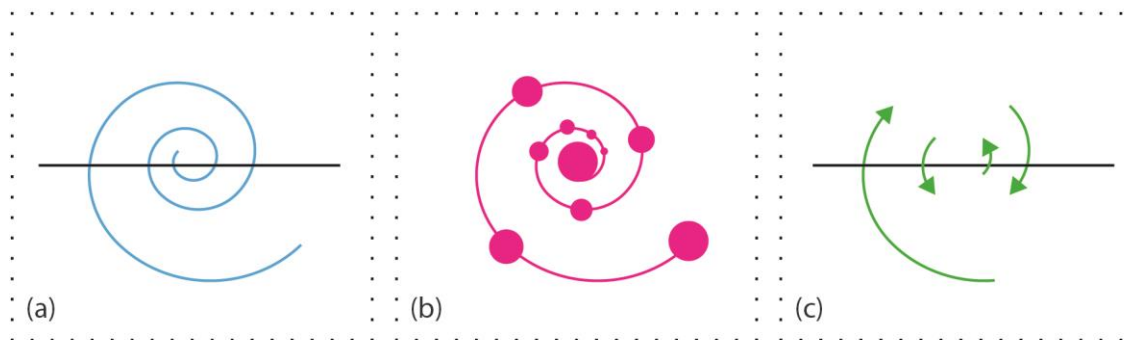


Fonte: Google.com.

A análise semiótica, até aqui realizada, interage com o pensamento de Antonio Gramsci. Em termos gramscianianos, hegemonia refere-se à capacidade de certo grupo social dominante submeter seus valores de mundo a classes sociais subalternas no sentido do direcionamento ideológico. A dominação por coerção ou força bruta, exercida pela classe dominante e pelos aparelhos estatais como a polícia, entrelaça-se aos direcionamentos ideológicos que buscam o consenso dos valores dominantes, ou seja, o convencimento pedagógico de que os valores da classe dominante são normais ou naturais e, assim, a justificativa social dos mesmos.¹⁵

¹⁵ Gramsci utiliza o termo hegemonia com significados diferentes em sua obra: (1) hegemonia (consenso, persuasão, sociedade civil) versus domínio (armas, coerção, força bruta, sociedade política) ou (2) “hegemonia

Figura 9: Caracol como diagrama político.



Fonte: Elaborado pelo autor.

No nível icônico (Figura 6, signo 1), os termos infinito, circularidade e espiral antagonizam como processo de disputa hegemônica na sociedade capitalista (Figura 9-a). A rivalidade entre instituições, organizações ou partidos em dirigir o senso comum a partir de pautas específicas – que ora confrontam-se, ora associam-se no jogo político – pode ser traduzida visualmente pela noção de cima/baixo, quem exerce o poder/quem é subordinado. Os termos remáticos (1-1₁) e o movimento do espiral (3-R) interrompem essa configuração: na espiral, o que está em cima vai para baixo, e o que está em baixo vai para cima, sendo preponderantes o movimento centrípeto e o centrífugo: a contradição fora/dentro supera a contradição cima/baixo. Isto não quer dizer que as pautas, ou os interesses de classe, sejam negligenciados, mas, sim, que há a proposição em transcender essa relação para o domínio do coletivo, em que a circularidade, o lento e o pertencimento sejam valores maiores: neste sentido, enfatiza o processo revolucionário para o fim das disputas hegemônicas, pois “é preciso recusar a suposta disjuntiva entre indivíduo e coletivo, própria da modernidade.” (BASCHET, 2021, p. 301).

O pensamento zapatista parte do lugar “abaixo e à esquerda” na direção da espiral: “é o espaço de um ‘talvez’, de uma desabsolutização das nossas próprias convicções.” (BASCHET, 2021, p. 170). Trata-se de pensar a formação social em que o consenso seja “circular”, ou seja, um consenso não por imposição de certa instituição ou organização social, mas que se manifeste no horizonte comum: o desafio de pensar os intelectuais orgânicos, não como indivíduos singulares que centralizam os modos de educação e de ideologia de vanguarda, mas como comunidade, como processo intelectual orgânico coletivo. Neste sentido, de se organizar sem hegemonia e sem homogeneização, que os zapatistas declaram, em 2012, serem “40 mil chefes e chefas.” (BASCHET, 2021, p. 167). O subcomandante Marcos apresenta uma imagem poética que, de certa forma, traduz esse pensamento:

A partir do internacional, seu olhar e seu pensamento foram penetrando, passando sucessivamente pelo nacional, pelo regional e pelo local, até chegarem ao que chamam de «*El Votán*. Guardiã e coração do povo”, os povos zapatistas. Assim, da curva mais externa do caracol, pensam-se palavras como “globalização”, “guerra de dominação”, “resistência”, “economia”, “cidade”, “país”, “situação política”, e outras que o rascunho é

como direção mais domínio” (LIGUORI; VOZA, 2017, 722 p.). Neste trabalho, utiliza-se a segunda acepção de hegemonia compreendendo que força e consenso relacionam-se de modo orgânico.

eliminado após a pergunta padrão "Está claro ou há uma pergunta?" No final da estrada de fora para dentro, no centro do caracol, restam apenas algumas iniciais: "EZLN". Depois surgem propostas e se desenham janelas e portas, na mente e no coração que só eles vêem (entre outras coisas, porque ainda não existem). A palavra dispar e dispersa começa a traçar um caminho comum e coletivo. Alguém pergunta "Existe um acordo? "Há", responde, afirmando a voz já coletiva. O caracol é rastreado novamente, mas agora ao contrário, de dentro para fora. O rascunho também segue o caminho inverso até que só resta, preenchendo o velho quadro negro, frase que para muitos é delírio, mas para esses homens e mulheres é motivo de luta: "um mundo onde cabem muitos mundos".¹⁶ (SUPMARCOS, 2003)

No nível indicial (Figura 6, signo 2), o /ato de soprar a concha para convocar a reunião do coletivo/ remete ao //ato de organizar-se// e, portanto, ao [processo de autoconsciência e organização política dos grupos sociais]¹⁷: processo que se inicia no nível mais elementar – os problemas sociais percebidos como questões individuais, o “vencedor” e o “perdedor” na perspectiva neoliberal – para a compreensão dos interesses comuns, “unidade homogênea do grupo social” (GRAMSCI, 2007, p. 41). Por fim, a universalização da luta de classes: a compreensão das relações de exploração e a necessidade de estratégias globais de combate ao capitalismo. A Figura 9-b indica o movimento dos particulares diminuindo suas demandas individuais e se congregando no coletivo organizado que contempla as demandas comuns e unifica as diferenças como riqueza comum.

No nível simbólico (Figura 6, signo 3), o /modo de ser indígena/ dirige-se à superação total dos processos de disputa de hegemonia na extinção do estado moderno: ao estudar o povo Yanomami, o antropólogo Pierre Clastres (1975) observa que o líder indígena é constantemente vigiado por toda a comunidade de forma que, pelo abuso ou mal uso do poder, o mesmo é destituído. Esta formação social indígena aproxima-se, de algum modo, com as concepções anarquistas e autonomistas (as delegações temporárias, a democracia direta, a autogestão, etc) em que o consenso é elaborado da forma mais horizontal possível, sempre atento às centralizações do poder. O subcomandante Marcos sugere a relevante imagem poética: não derrubar o rei que senta na cadeira do poder para tomar seu lugar, mas raspar continuamente os pés da cadeira de modo que ninguém possa sentar nela.

A experiência zapatista manifesta esta questão em seus erros e acertos, nas dificuldades e conquistas, principalmente na tensão entre a hierarquia militar do EZLN e o processo democrático social, e sintetiza esse processo no lema “mandar obedecendo”, como aborda o professor Fidel: “existe o momento que o povo manda e o governo obedece; existe o momento que o povo obedece e o governo manda.” (FIDEL apud BASCHET, 2021, p. 114 e 115). Esta inversão da relação cima/baixo, para baixo/cima (Figura 9-c), reafirma o movimento da espiral: o caracol representa o modo de ser que sustenta a utopia zapatista de um mundo pós-hegemônico e pós-capitalista.

¹⁶ Tradução do autor.

¹⁷ Mais precisamente, Gramsci descreve três níveis: (1) econômico-corporativo, (2) consciência da solidariedade entre os membros do grupo e (3) consciência de que os próprios interesses dos grupos devam tornar-se interesses de grupos subordinados consolidando, assim, a hegemonia.

5. Considerações Finais

A análise político-visual, realizada neste artigo, demonstra o potencial teórico em relacionar o instrumental peirceano a categorias do pensamento marxista ou de outros campos das ciências humanas. A semiose, como explica Santaella (2019), é um processo de extensa amplitude permeando o natural, o individual e o social. Neste sentido, compreende-se que análises visuais devam iniciar (ou finalizar) pelo signo imagético, no entanto, para obter consistência crítica e ultrapassar a instância puramente descritiva, é de significativa relevância que perpassem outras áreas de conhecimento. Como argumentado por San Juan (2013), o pensamento de Peirce converge para a dialética marxista o que sugere o processo de conflitos históricos, as revoluções políticas, as formações sociais, como processo de semiose contínuo. Semiose, esta, com qualidades complexas e que circunscreve, também, a dimensão visual da linguagem e sua materialidade.

Um modo de imaginar a relação entre política e visualidade é compreender a terceiridade como dimensão sociopolítica e ideológica que é concretizada em réplicas existentes (secundidade) que expressam, portanto, a dimensão visual e as qualidades materiais (primeiridade): o conceito, a ideia abstrata, de nação brasileira sendo materializada em múltiplos singulares (as réplicas da bandeira do Brasil) que apresentam qualidades visuais próprias (as cores, as estrelas, as palavras, etc). No sentido inverso, a relação entre visualidade e política pode ser concebida a partir da potencialidade da primeiridade icônica. Pela semiose, o diagrama sugere linhas gerais do conceito político como termo remático (primeiridade) que se amplia para a proposição (secundidade) até se configurar como argumento (terceiridade): é o caso do diagrama do caracol (Figura 9) que funciona como ponto inicial do argumento apresentado na análise. Estes são, assim, dois movimentos correlatos que possibilitam o processo argumentativo pela inferência analógica em análises semióticas político-visuais.

Referências

- ALMEIDA, Cândida. Fundamentos peirceanos: a dimensão diagramática do *faneron*. In: **XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Fortaleza: InterCom, 2012. 15 p.
- BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. São Paulo: Cultrix, 2012. 128 p.
- BASCHET, Jérôme. **A Experiência Zapatista: Rebeldia, Resistência, Autonomia**. São Paulo: n-1 edições, 2021. 400 p.
- CARTA MAIOR. **Conhecendo um Caracol Zapatista**, 2006. Disponível em: < <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Conhecendo-um-Caracol-Zapatista/12/11990> >. Acesso em 31 de junho de 2021.
- CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado: Investigações de Antropologia Política**. Porto: Edições Afrontamento, 1975. 215 p.
- COELHO NETTO, José Teixeira. **Semiótica, Informação e Comunicação**. São Paulo (São Paulo): Perspectiva, 1989. 224 p.
- ECO, Umberto. **Tratado Geral de Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1980. 284 p.

_____. **Semiótica y Filosofía del Lenguaje**. Barcelona: Editorial Lumen, 1990. 359 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 429 p.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano**: 1926-1937. São Paulo (São Paulo): Boi Tempo, 2017. 1647 p.

PEIRCE, Charles Sanders. **The Fixation of Belief**, 1877. Disponível em: < <https://cspeirce.omeka.net/items/show/2> >. Acesso em 31 de junho de 2021. 15 p.

_____. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1995. 342 p

QUEIROZ, João. **Semiose segundo C. S. Peirce**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2004. 207 p.

RIBEIRO, Emílio Soares. Um estudo sobre o símbolo, com base na semiótica de Peirce. **Estudos Semióticos**, online, v. 6, n. 1, p.46-53, junho de 2010. Semestral.

SAN JUAN, Epifanio. **Peirce/Marx: Project for a Dialogue between Pragmatism and Marxism**, 2013. Disponível em: < https://www.academia.edu/9927947/MARX_PEIRCE_Pragmatism_and_Marxism >. Acesso em 31 de junho de 2021. 10 p.

SANTAELLA, Lucia. **Teoria Geral dos Signos**: Como as Linguagens significam as Coisas. São Paulo: Editora Ática. 1995. 199 p.

_____. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2005. 186 p.

_____. A concepção ampliada da mente segundo C. S. Peirce. **Cognitio: Revista de Filosofia**, São Paulo (São Paulo), v. 20, n. 2, p. 392-403, jul./dez. 2019. Anual.